

Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, eleito presidente para o biênio 1985/1987

(Jornal da OAB/RS Abril de 1985 (p. 1, 6, 7 e 12))

jornal da OAB/RS

Órgão Oficial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul - e da caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul

Abril de 85 - Nº 0001

A posse do novo Conselho da OAB/RS



Entrevista com Luís Madeira página central
A OAB e a Constituinte página 5
As mudanças do Conselho página 4
As finanças da OAB-RS página 11

Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, eleito presidente para o biênio 1985/1987

(Jornal da OAB/RS Abril de 1985 (p. 1, 6, 7 e 12))

AS ALTERNATIVAS DA AUDITORIA FORAM "ALTERADAS"

JORNAL DA OAB — Que problemas aconteceram na aprovação do orçamento da OAB para 1985?

LUÍS CARLOS MADEIRA — Tão logo concluída a apuração das eleições, foram feitos contatos com a Diretoria daquela época para que a chapa eleita examinasse as condições propostas para o orçamento. Foi combinado que nós teríamos oportunidade de conversar com a auditoria encarregada, para depois, numa reunião com a Diretoria Financeira, equacionarmos uma proposta para ser apresentada na reunião do Conselho Deliberativo. Antes que isso pudesse ter ocorrido, fomos surpreendidos no dia 11 de dezembro pela convocação para uma reunião do Conselho que se realizaria no dia seguinte para apreciar a questão do orçamento. O então Presidente da Ordem, em contato com o Dr. Nelson Jobim, deu a entender que a proposta que nós apresentássemos seria aprovada sem problemas, o que mais tarde lhe seria cobrado sem contestação.

JORNAL — Qual era essa proposta?

MADEIRA — Manter o valor da anuidade, pura e simplesmente. Conservar o mesmo valor de 1984, ajustado em função da variação dos índices da ORTN — fazendo as reduções prometidas durante a campanha para os advogados formados há até três anos.

JORNAL — Por que ela não foi aprovada?

MADEIRA — A Diretoria passada apresentou ao Conselho uma proposta orçamentária com cinco alternativas de reajuste nas anuidades, variando entre 100%, 150%, 200%, 226% e 250%. Ocorre que todos os Conselheiros integrantes da chapa derrotada nas eleições estavam presentes e apoiaram a proposta de reajuste de apenas 100%, contra o índice de 226% da variação da ORTN. Mais tarde ficamos sabendo que o estudo feito pela empresa de auditoria não previa cinco alternativas de reajuste, mas tão somente três. Ou seja, um aumento de 200%, ou 226%, ou 250%. Isso significa que dentro da Ordem havia sido feita uma montagem para incluir as alternativas de reajuste de 100% e 150%. Quer dizer, não era o estudo da auditoria que havia sido apresentado ao Conselho, e sim um trabalho acatado dentro da Ordem.

JORNAL — Esse aumento insuficiente torna a administração da Ordem muito difícil?

MADEIRA — Ele significa uma involução nos valores a que vinham obedecendo as anuidades. Em 1980 a anuidade era de 5,12 ORTNs. Quando o então Presidente assumiu, em 1981, passou para 8,80 ORTNs, em 1982 pulou para 10,31 ORTNs, em 1983 aumentou para 12,2 ORTNs, em 1984, 10,60 ORTNs — houve aqui uma pequena redução —, mas, para 1985, pelo orçamento proposto, a anuidade foi reduzida para 6,54 ORTNs. Entre todas as seccionais da OAB, a do Rio Grande do Sul teve o menor reajuste das anuidades. É importante ressaltar que a arrecadação não se destina integralmente aos serviços: 15% da receita vai para o Conselho Federal, 8% para prêmios de estudos jurídicos, 38,5% para a Caixa de Assistência. E o restante ainda tem que ser distribuído em parte para as subscrições. Acontece ainda que a Seção RS da OAB é a única que fornece serviço de informações judiciárias, o que por si só consome 33% do orçamento. Isso realmente vai comprometer as atividades da Ordem e comprometer também as da Caixa de Assistência. Somente o pagamento antecipado das anuidades feito pelos associados é que vai nos proporcionar a possibilidade de gerar, minimamente, a OAB em 1985. Com muita contenção, com muitas restrições e postergando alguns pontos do nosso programa para 86.

JORNAL — Houve mais algum senão na questão do orçamento?

MADEIRA — O orçamento foi aviltado pelos elevados gastos feitos pela Diretoria anterior em janeiro. Como por exemplo, a edição de um jornal que representou uma ruptura com o protocolo estabelecido com o Presidente Raymundo do Faoro, pelo qual a então Diretoria em final de gestão não fazia nenhum gasto que não fosse absolutamente necessário. Também as despesas com a admissão de mais sete funcionários depois da eleição — o que representou, proporcionalmente, mais do que as admissões feitas no Senado Federal sob a presidência do Senador Moacir Della. Por outro lado, também a Caixa de Assistência foi duramente atingida pela criação de benefícios que foram lançados sem nenhuma base atuarial — o que comprometeu seriamente as finanças da Caixa.

JORNAL — E quanto ao balanço apresentado pela Diretoria anterior?

MADEIRA — A Assembléia Geral observou no balanço uma série de questões. A primeira delas diz respeito ao lançamento em janeiro de despesas que haviam sido comprometidas em dezembro e que alterariam o resultado superavitário apresentado. Foi lançada também uma receita decorrente de uma ação judicial que a Ordem

A ordem é Democratizar

Nesta entrevista o Presidente da OAB-RS, Luís Carlos Madeira, fala sobre o "acontecimento" da aprovação do orçamento da entidade para 1985. Além disso, você ficará sabendo dos planos da Diretoria para aumentar a participação dos advogados nos trabalhos da Ordem. É ainda o posicionamento da OAB em relação a assuntos como o fechamento dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul, a Assembléia Constituinte e a situação política do país.



Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, eleito presidente para o biênio 1985/1987

(Jornal da OAB/RS Abril de 1985 (p. 1, 6, 7 e 12))

tem relativa ao Fundo Nacional de Telecomunicações, como se o dinheiro tivesse entrado — o que realmente não ocorreu. Esse superávit demonstrado pelo balanço concorre junto com o problema das anuidades porque é eminentemente enganoso. Com a anuidade de 1984, de valor real superior a de 85, a Ordem foi deficitária no ponto de vista da execução orçamentária. E quando essa questão foi levada ao Conselho, foi apresentada como se com aquele valor das anuidades tivesse havido superávit. Tudo isso está demonstrado nos livros e na contabilidade da entidade.

JORNAL — O que está sendo feito para corrigir o balanço de 84?

MADEIRA — A Assembléia Geral resolveu constituir uma comissão, formada por René D'Ávila, Ademir Fernandes Gonçalves e Clara Lochpe, para fazer as retificações necessárias. Uma vez considerado o parecer desta comissão, será encaminhado ao Conselho Federal da OAB para que lá também seja apreciado.

JORNAL — Como seria possível evitar a repetição desse caso, em que uma Diretoria acaba prejudicando o trabalho de seus sucessores?

MADEIRA — Essa é uma matéria regimental mas também legal. Na última reunião nacional dos Presidentes das Seccionais, onde se tratou da reforma dos estatutos da Ordem, nós propusemos que nos anos eleitorais o orçamento seja votado e as anuidades fixadas antes da eleição. Porque o exemplo que o Rio Grande do Sul teve deixou horrorizado o resto do país. Todos os Presidentes das Seccionais tornaram conhecimento do episódio e confessavam que não entendiam, em nome daqueles princípios de honra e dignidade que sempre nortearam as atividades dos advogados, a atitude da Diretoria anterior em sacrificar a posterior.

JORNAL — Por que a Ordem suspendeu a ajuda que vinha dando à Escola de Advogados Oswaldo Vergara?

MADEIRA — É preciso primeiro que se entenda que a Escola Oswaldo Vergara se constitui numa sociedade civil completamente independente da Ordem. Essa escola tinha a intenção de ser de pós-graduação, mas já durante a gestão da Diretoria anterior ficou caracterizado que o Ministério da Educação não concederia o reconhecimento. Nós, analisando o assunto, chegamos à conclusão de que não fazia sentido que a Ordem mantivesse as dotações orçamentárias à escola, já que a Ordem não mantém o mínimo controle dela.

JORNAL — É a questão do convênio com a Escola Oswaldo Vergara assinado pela Diretoria anterior?

MADEIRA — Três dias antes do término da gestão passada foi assinado um convênio entre a Ordem e a Escola, pelo qual a E.O.V. abria sua biblioteca para todos os advogados, biblioteca esta que 90% dos livros pertencem ao Instituto dos Advogados e que foram emprestados para que a escola conseguisse o pretendido reconhecimento do MEC. Por outro lado, a escola se obrigava a oferecer um certo número de cursos ao ano. Em troca, a Ordem daria em comodato à E.O.V. dois andares na sede de Porto Alegre durante cinco anos. E ainda se obrigava a Ordem a uma dotação orçamentária anual para a escola de 40 milhões de cruzeiros, considerados em ORTN. O pior é que este comodato que estava sendo dado pela Ordem compreendia parte do 14º andar, que inclusive não pertence à OAB e está na Casa de Assistência dos Advogados — que precisa expandir o seu espaço na busca de um melhor atendimento, especialmente no que diz respeito aos gabinetes médicos. Também o compromisso financeiro se reveste de aspectos delicados. A competência para as dotações orçamentárias não é da Diretoria nem do Presidente, e sim do Conselho. E o Conselho não foi reunido para discutir o assunto. Tem mais, de modo subjacente promove-se a associação de advogados na Escola Oswaldo Vergara mediante uma quantia mínima, preparando uma eleição. Isso visava mari-

ter no prédio da OAB uma entidade controlada juntamente por aqueles que haviam perdido a eleição.

JORNAL — A atual Diretoria conseguiu resolver esses problemas?

MADEIRA — Felizmente, graças inclusive à maneira digna como se houve o Dr. Voltaire Marazzi, que estava na presidência da E.O.V., nós fizemos o convênio. Já recuperamos a posse do 14º andar e vamos recuperar também o 7º andar.

JORNAL — Existe algum projeto para substituir a Escola?

MADEIRA — Nós pretendemos organizar, em conjunto com o Instituto dos Advogados, uma escola superior de Advocacia, para a qual não há necessidade de registro no Ministério da Educação. O objetivo é realizar cursos de extensão tanto na Capital como no interior do estado, e, a médio prazo, cursos de preparação para o exame da Ordem. Esta escola superior não terá a pretensão de ser escola de pós-graduação, mas fará aquilo, e algo mais, que a Escola Oswaldo Vergara vinha fazendo. Porque os cursos que a E.O.V. ministrou a título de pós-graduação ou doutorado, ela evidentemente não poderia ter feito.



O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ANALISADO PELOS ADVOGADOS

JORNAL — Como está sendo feita a integração com os advogados do interior do estado?

MADEIRA — Dia 18 de março nós realizamos uma reunião com os presidentes das subseções. Das 54 que existem, 50 estiveram representadas. Nessa oportunidade se trabalhou durante todo o dia em grupos regionais para se fazer um levantamento da situação no interior do estado — quer do ponto de vista da Subseção, quer do ponto de vista do Poder Judiciário — e das necessidades pertinentes à assistência da Caixa e das programações culturais. Os resultados dessa reunião estão sendo tabulados para que se tenha, na perspectiva dos advogados, a visão do funcionamento do Poder Judiciário e das carências que estão apresentando determinadas comarcas.

JORNAL — O que mais foi feito?

MADEIRA — Em Santa Rosa realizou-se um Encontro Regional de Advogados, com o acompanhamento de vários Conselheiros membros da Diretoria, onde temas pertinentes à Assembléia Nacional Constituinte foram debatidos, o que propiciou um amplo entrosamento. Estes encontros vão continuar ocorrendo e o trabalho da Segunda Secretária e coordenação das Subseções, entregue ao Conselheiro Reginaldo Felcker, tem sido dos mais profícuos e dos mais ativos.

JORNAL — Que tipo de trabalho está sendo feito em Porto Alegre?

MADEIRA — Em primeiro lugar, nós buscamos a nomeação de delegados em todos os Foros e uma coordenação dessas delegacias, entregue ao Conselheiro Carl Nery Borges. O que se quer é um entrosamento para ver as necessidades dos diversos Foros e, na medida do possível, que esse atendimento aos advogados seja o mais eficaz possível. Justamente para superar esta quantidade de conflitos, que cresce, nas relações com o Poder Judiciário, e também no sentido de ter uma atuação absolutamente coerente de todos os delegados — explicitando suas funções, esclarecendo a respeito de seus poderes e assim por diante. Além disso, nós realizamos um seminário exatamente para questionar o trabalho que vem se desenvolvendo e para projetar uma atuação mais intensa na Capital, de forma a corresponder a aqueles compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

JORNAL — Todos os associados da OAB passarão a ter mais possibilidade de participar nos trabalhos realizados na entidade?

MADEIRA — O Conselho aprovou na primeira reunião uma série de alterações regimentais, que eu diria de urgência. A primeira delas cria mais comissões de ética. Outra, que tem sentido substancial, possibilita a participação dos suplentes cada vez que um Conselheiro titular não compareça a uma reunião. Antes, para que um suplente assumisse era preciso haver um licenciamento por parte do titular. Com isso, quando ocorrem ausências o Conselho fica desfalcado. Depois da alteração regimental, o Conselho tem funcionamento com seu quorum integral — o que permite uma atuação muito mais dinâmica nos seus trabalhos. Por outro lado, instituímos que em cada sessão haja um espaço reservado para que todos os advogados que tenham reclamações ou postulações a fazer perante o Conselho possam comparecer a fazer as suas formulações.

OS ÓRGÃOS JUDICIAIS DEVEM EVITAR QUE OS JUÍZES REPITAM ERROS COMETIDOS

JORNAL — Qual a posição da Diretoria de Ordem nos casos de advogados que estão sendo processados por juízes?

MADEIRA — No caso de Giruá, onde um colega estava sendo injustamente processado a contar de um incidente processual absolutamente legítimo — processo-crime este decorrente de uma representação por parte da Magistratura daquela cidade — a Ordem tomou uma posição firme compreendendo à audiência. No processo que está sendo movido por vários juízes contra o Dr. Irany Mariani, a OAB nomeará assistentes não para tomar uma posição no mérito mas para cumprir uma disposição regulamentar.

JORNAL — E o caso da nomeação do Juiz Togado no Tribunal Regional do Trabalho?

MADEIRA — Já encaminhamos a um colega os documentos necessários ao ingresso do mandato de segurança contra a nomeação do Dr. Mário Somensi como Juiz Togado do TRT. Esse mandato deverá ser impetrado para preservar uma orientação política no sentido de que o representante dos advogados nos Tribunais Regionais do Trabalho deve ter militância profissional, especialmente na Justiça do Trabalho.

JORNAL — Como a Diretoria da Ordem vê a questão da representação apresentada por advogados contra o juiz de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho?

MADEIRA — Temos o maior interesse de que o Magistrado venha a ser, nas suas atitudes, considerado pelos órgãos judiciais competentes. É a forma de prevenir que outros atos como os que o Juiz Barbosa praticou possam ser repetidos não só por ele como por outros magistrados.

O OBJETIVO MAIOR É A CONVOCAÇÃO IMEDIATA DA CONSTITUINTE

JORNAL — Em relação ao fechamento dos

bancos Subsaíreiro e Habitasul, como a OAB tem acompanhado o caso?

MADEIRA — O Conselho desta Seção manifestou desde logo a solidariedade aos funcionários. Manifestou, publicamente, o desejo de que as irregularidades apontadas fossem rigorosamente apuradas, com a punição dos responsáveis. Quanto ao encaminhamento do processo de inquérito, o Conselho constituiu uma comissão, composta pelos Conselheiros Luís Lopes Burmeister, Tasso Fernando Genro e Fernando Knieg da Foriseca, para acompanhar os acontecimentos. Inclusive, se fosse o caso, deveriam comparecer às sessões desse inquérito para manter o Conselho a par das providências que vinham sendo tomadas. Posteriormente, o Conselheiro Federal Leônidas Schauer encaminhou ao Conselho Federal uma indicação manifestando-se no mesmo sentido e posicionando-se contra a liquidação que estava ameaçando os direitos dos funcionários. Mais recentemente, encaminhei telex para todas as lideranças do Congresso e para os deputados gaúchos apelando para que do projeto pertinente ao caso Subsaíreiro e Habitasul que está sendo debatido venham a constar as garantias indispensáveis de emprego e demais direitos dos funcionários destes dois bancos.

JORNAL — Segundo a OAB, qual seria a melhor maneira de preparar a Assembléia Nacional Constituinte?

MADEIRA — A Ordem tem algumas posições já adotadas no que diz respeito às condições que devem preceder a convocação da Assembléia Constituinte, visando a sua liberdade, a sua soberania e a sua representatividade. Dentre elas, uma diz respeito às condições que devem preceder a convocação da Assembléia Constituinte, visando a sua liberdade, a sua soberania e a sua representatividade. Dentre elas, uma diz respeito à eliminação de uma legislação autoritária que impediria a eleição de uma Assembléia com a liberdade necessária para uma tarefa de tal envergadura. Em segundo lugar, a Ordem já se posiciona no sentido de que a Constituinte deve ser exclusiva. Quer dizer, ela deve ser eleita para funcionar como Constituinte, não se confundindo com a eleição do Congresso. É necessário considerar nisso tudo a necessidade de uma alteração profunda na legislação eleitoral, que vicia o processo de escolha até no que diz respeito à representatividade proporcional. Como essa que torna possível que determinados estados elejem um deputado com meia dúzia de votos enquanto que em outros são necessários milhares de votos. Há também uma preocupação muito grande sobre o ato convocatório. Isso porque muitas das questões deverão ser solucionadas através desse mesmo ato.

JORNAL — A OAB é contra ou a favor da criação de uma comissão do Executivo que lança um anteprojeto da Constituinte?

MADEIRA — A Ordem já se manifestou contrária à chamada Comissão dos Notáveis, que elaboraria um projeto do Poder Executivo para a Constituinte, porque esse projeto naturalmente haveria de espelhar a composição de forças do governo, com o que se reduziria o indispensável amplo debate. Não há dúvida de que deve haver um método de trabalho, mas nós acreditamos que a comissão deve ser composta pela própria Constituinte.

JORNAL — Considerando-se impedimento definitivo do Presidente eleito Tancredo Neves, quem deveria assumir o cargo?

MADEIRA — A Ordem como tal não se posiciona sobre o assunto, porque nós temos uma situação constituída. No impedimento do Presidente eleito assumiu o Vice-Presidente. Parece-me que seja muito importante na análise desta questão não apenas fatores de ordem jurídica, mas fatores de ordem política, no sentido de que não haja nenhuma desestabilização no país. Isso prejudicaria o objetivo maior que nós temos em mira, que é a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte.

AUMENTOS EM CONSELHOS PROFISSIONAIS/85

Conselho Regional de Psicologia	123,07%
Conselho Regional de Engenharia (CREA)	133,25%
Conselho Regional de Enfermagem	166,66%
Conselho Regional de Odontologia	168,18%
Conselho Regional de Farmácia	210,99%
Conselho Regional de Técnicos de Administração	211,01%
Conselho Regional de Contabilidade	220,00%
Conselho Regional de Medicina	238,88%
Conselho Regional de Bibliotecários	402,85%
Conselho Regional de Química	522,04%
Conselho Regional de Corretores de Imóveis	596,00%
Ordem dos Músicos do Brasil	600,00%

DIVISÃO OBRIGATORIA DA ANUIDADE

15% p/ Conselho Federal
8% Prêmio Estudo Jurídico
38,5% Caixa de Assist. dos Advogados
50% Disponível OAB/RS (Cr\$ 60.000,00)

AUMENTOS DEMAIS SECCIONAIS OAB/RS

Rio Grande do Sul	100,00%
Santa Catarina	130,76%
Paraná	212,50%
São Paulo	184,70%
Rio de Janeiro	188,48%
Espírito Santo	242,10%
Minas Gerais	200,00%
Brasília	200,00%
Pará	150,00%
Pernambuco	350,00%

AUMENTO OAB/RS ÚLTIMOS 5 ANOS EM ORTNs

ANO	1981	1982	1983	1984	1985
Cr\$	6.500	15.000	35.000	80.000	160.000
ORTNs	8,80	10,31	12,02	10,60	654

Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, eleito presidente para o biênio 1985/1987

(Jornal da OAB/RS Abril de 1985 (p. 1, 6, 7 e 12))

Colégio Presidencial

No dia 18 de março, como uma das primeiras programações da nova gestão, reuniram-se em Porto Alegre os presidentes de 52 subseções do Estado. A presença foi maciça, uma vez que contávamos aquela data, com 54 subseções instaladas no Estado. O tema da reunião consistiu na análise da situação financeira da OAB/RS, para que os presidentes pudessem aferir as graves consequências para a atual gestão, decorrentes da anuidade fixada pelo Conselho anterior. Do tema constou, também, o exame da situação do Poder Judiciário gaúcho e decisão sobre a constituição de 07 regiões do Estado que passariam a ser integradas pelas subseções.

Foi a primeira vez que a reunião do Colégio Presidencial se deu de forma a propiciar uma efetiva contribuição individual de cada subseção, tudo porque foram os membros do Colégio divididos em 07 grupos, dos quais vieram a se originar as regiões, e onde trabalharam durante os períodos da manhã e da tarde.

Além do tema da anuidade, que é tratado exaustivamente neste exemplar, capitaneou interesse dos presidentes a situação do Poder Judiciário, no que diz respeito às vagas existentes, principalmente em 1ª e 2ª instâncias.

Os depoimentos colhidos então foram assustadores, no que diz com a situação efetiva da maioria das comarcas do interior, mormente

aquelas que compõem regiões mais distantes da Capital. A diretoria do Conselho, como já vinha procedendo, reiterou a necessidade de um mapeamento do Estado quanto às comarcas providas e improvadas, para que, com esse dado, possa promover uma eventual campanha no sentido da equânime distribuição dos magistrados no Estado, onde fosse privilegiado, principalmente, o interesse dos jurisdicionados.

Os presidentes das subseções aderiram a uma linha, no sentido de que o problema deveria ser enfrentado globalmente, e não mais isoladamente, como vinha até então sendo feito. A par disso, concluiu-se da necessidade, também, de analisar os concursos públicos realizados pelo Tribunal de Justiça, mormente no que diz com o tempo de sua duração, que não está atendendo as necessidades do Estado.

Discutiu-se, por último, as necessidades individuais de cada subseção e, também, a circunstância do privilegiamento de algumas delas em relação às demais.

Deve ser dito, por último, que essa reunião foi extremamente proveitosa, tendo sido o primeiro marco concreto de uma interiorização do Conselho da Ordem, onde os problemas dos colegas de fora da Capital passaram a ser debatidos com lucidez e objetividade. Desta forma, a nova administração começa a dar cumprimento a seus compromissos com o interior.

Mensagem aos compromissados

"A Ordem dos Advogados não está submetida a nenhum dos poderes da República. Só a si mesma. Por isso, a honra da Ordem é a regra. Com os colegas, com os clientes ou com os magistrados". Esta mensagem foi transmitida pelo presidente da OAB-RS, Luiz Carlos Lopes Madeira, aos 43 novos advogados que receberam suas credenciais, juntamente com outros 56 advogados que receberam Carteira Provisória da OAB e estagiários, durante solenidade realizada no auditório da Ordem.

Madeira destacou ainda aos compromissados que "cada um tem a obrigação de defender suas prerrogativas profissionais", acrescentando

ser indispensável a observação dos princípios de ética. "Diante do quadro de decomposição moral do país, com os sucessivos escândalos e denúncias de corrupção e da decomposição do sistema de ensino jurídico, resultante da aplicação do Decreto Lei 477, disse ele, surge um quadro de somatório de dificuldades, quando a vida no foro passa a ser um autêntico vale-tudo, com a consequente decomposição de relações entre magistrados e advogados". Em busca da convivência em bom nível e de um ambiente de trabalho onde ambas as partes respeitem e sejam respeitadas, "é que cada um tem obrigação de defender suas prerrogativas", completou.



Assembléia Geral não aprova contas

No dia 26 de março, às 18 horas, realizou-se na sede da Ordem a Assembléia Geral de Advogados, convocada na forma da lei para exame e aprovação da prestação de contas referentes ao exercício de 1984. A Assembléia foi presidida pelo Dr. Luiz Carlos Lopes Madeira, contando com a presença de outros membros da atual Diretoria, do Conselho e de advogados inscritos na Seccional.

Do Plenário foram suscitadas dúvidas quanto a determinados itens da Prestação de Contas, tanto no que diz com as despesas efetuadas no mês de janeiro de 1985, como em relação a receitas previstas para o ano de 1984. A maior parte dos debates se centralizaram em torno do critério adotado no documento contábil, segundo o qual se considerou receita o valor da taxa FNT paga nas contas telefônicas relativamente aos últimos cinco anos, em nome de uma medida liminar concedida pela Justiça

Federal de forma precária em processo cautelar. Considerando que o processo nem mesmo havia se iniciado, já que em andamento media liminar de ação cautelar, o Plenário resolveu pedir maiores informações sobre o lançamento, visto que até mesmo correção monetária foi aplicada em tal item.

Por proposta do Dr. Joci de Almeida Pereira, foi votada proposição no sentido de que: 1 — se suspendesse a Assembléia, designando-se Comissão para apresentar relatório conclusivo sobre a referida prestação de contas; 2 — que a Comissão fosse nomeada pelo Plenário, e se necessário se valesse de auxílio técnico de peritos contadores ou mesmo serviço de auditoria. A proposição foi aprovada, tendo sido votados os nomes dos advogados, Dr. René Izoldi Avila, Dra. Cléia Iochpe, e Dr. Ademir Fernandes Gonçalves. Em vista disso a Assembléia foi suspensa, fixando-se o prazo de trinta dias para conclusão dos trabalhos da Comissão.

MEMÓRIA JURÍDICA NACIONAL



Ultrapassando a marca dos 100.000 acordãos publicados, catalogados e inseridos ao mais vasto acervo de Legislação e Jurisprudência do País, o Sistema de Informações ADCOAS coloca à sua disposição um serviço de assessoria de inigualável padrão técnico.

Através da Consultoria ADCOAS, você poderá solicitar por carta, telex ou simples telefonema reproduções, na íntegra, das leis promulgadas a partir de 1937, decisões dos principais Tribunais Brasileiros e mais de 300.000 documentos oficiais, além de esclarecimentos técnicos específicos a todas as áreas do Direito. A qualquer hora do dia ou da noite, profissionais altamente gabaritados atenderão suas consultas de forma rápida, precisa e personalizada, proporcionando-lhe indiscutível economia de tempo e trabalho.

Ao mesmo tempo, você passará a receber, decenalmente, informações completas de Legislação e Jurisprudência.

Legislação ADCOAS — Acompanhamento detalhado da dinâmica Legislativa atual em linguagem simples e objetiva, trazendo comentários, procedimentos práticos, modelos e tabelas de imediata assimilação.

Jurisprudência ADCOAS — Mais de 7.000 acordãos anuais abrangendo as principais decisões dos Tribunais e Colegiados do País, expostas de maneira clara e direta. No suplemento de "Jurisprudência Selecionada", assuntos de maior repercussão do período detalhadamente explorados, contendo toda Legislação e Jurisprudência pertinentes.

Calendário de Obrigações — Suplemento mensal com todos os compromissos fiscais do período.

Valores Indexados — Suplemento decenal com os índices da economia brasileira atual.

Faça como milhares de Advogados e Profissionais Liberais de todo o País. Integre-se à melhor e mais abrangente fonte de atualização profissional do momento.



Solicite maiores informações enviando este cupom para Editora Exploranda Ltda. — Depto. Marketing — Rua Figueira de Melo, 283 — 19 — São Cristóvão-RJ — CEP 20241 ou pelos telefones (021) 284-1260/264-0958 e reciba, imediatamente, grátis, uma demonstração dos produtos ADCOAS.

NOME/RAZÃO SOCIAL: _____
PROF. ATIVIDADE: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____ TEL.: _____ CEP: _____

